

Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

Autores: Filipe Domingues e Solange Maria da Silva

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques

Painel: “UM ESCRITOR COMPULSIVO: OS MANUSCRITOS INÉDITOS DE DOM HELDER CAMARA”

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo chamar a atenção para a abundante documentação inédita (cartas-circulares, meditações, poesias, esquemas, anotações à margem de livros etc...) que se encontra arquivada no Centro de Documentação Helder Camara, do Recife, como fonte historiográfica de primeira mão, tanto para a história da Igreja católica, brasileira e internacional, quanto para a história recente de nosso país. Para tanto, procura traçar um esboço de duas vertentes significativas da biografia do arcebispo Helder Camara, a eclesial e a sócio-política, que fizeram dele um relevante personagem da Igreja e da vida política brasileiras, acreditando ser tal esboço deveras elucidativo para o entendimento de quem ele foi e do que ele representou e ainda representa, para a sociedade em que atuou.

Helder Pessoa Camara, enquanto homem da Igreja, foi o principal idealizador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, fundada em 1952. Em 1955, organizou no Rio de Janeiro o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional e participou da fundação do Conselho Episcopal Latino Americano - CELAM. Ainda durante os anos 50 organizou vários encontros regionais de bispos e peritos, entre os quais aqueles dedicados à situação do Nordeste, consolidando sua projeção nacional e iniciando aquela que o faria mundialmente conhecido, a partir do Concílio Vaticano II. Ele mesmo, em uma entrevista autobiográfica, faz coincidir a organização do Congresso Eucarístico com o início de uma sua radical mudança de mentalidade em relação à pobreza, devido aos contatos que teve com o Cardeal Gerlier de Lyon, França¹. Em 1964, ano do golpe que deu origem à mais violenta ditadura militar de que o Brasil tem memória, foi nomeado Arcebispo de Olinda e Recife, tomando posse em 12 de abril.

Atuou de forma intensa nos bastidores do Concílio Vaticano II, aberto em 1962 pelo Papa João XXIII e solenemente encerrado em 1965, durante o pontificado de Paulo VI. Esteve presente em todos os quatro Períodos do Concílio, como um dos seus mais notáveis Padres, defendendo a opção da Igreja pelos pobres e sua abertura aos problemas contemporâneos. Participou ainda ativamente da proposição, preparação e desenvolvimento da Conferência episcopal de Medellín

(Colômbia), em 1968, que colocou a Igreja Latino Americana à frente da grande abertura ao social da Igreja católica, por pelo menos duas décadas.

Ao mesmo tempo, sensível aos problemas sócio-econômicos do país, especialmente do Nordeste, foi um dos principais responsáveis pela idealização e fundação da SUDENE, nos anos 50. Nas décadas seguintes, lutou incansavelmente em defesa dos direitos humanos e contra as injustiças sociais, dando impulso a vários movimentos e instituições como a “Operação Esperança” (PE, 1965) e a “Comissão de Justiça e Paz” da Arquidiocese de Olinda e Recife (1979). Por conta de suas idéias, que denunciavam as estruturas de exploração, foi considerado adepto da ideologia comunista, durante a ditadura militar, sendo perseguido e censurado pelo regime, entre 1970 e 77.

Dom Helder, cidadão do mundo: um dos grandes articuladores da criação da SUDENE

A crescente consciência das possíveis causas estruturais da situação sócio-econômica do Nordeste é o eixo central para a compreensão do processo de organização da sociedade civil que levaria à criação da SUDENE, por Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1959. A economia nordestina, que fora o “motor” da sociedade brasileira no período colonial, tornara-se apenas regional, com a decadência da indústria canavieira e o redirecionamento dos investimentos estrangeiros e internos para o Sudeste do país. Nesse contexto, o Nordeste, apesar da abundância em recursos naturais, sofrera o descaso do poder federal, pois mesmo a implantação de uma pretensa “política de combate às secas” não revertera o quadro de miséria da população atingida pela estiagem crônica.

Diante da ineficiência e do caráter meramente assistencialista de tal política, Dom Helder Camara, juntamente com outros bispos, promoveu o I e II Encontros de Bispos do Nordeste, em 1956 e 1959, respectivamente, em Campina Grande e Natal. Esses Encontros contaram com o empenho pessoal do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que ao final do primeiro fez um discurso em que considerou importante a aliança do Estado com a Igreja Católica para compreender os problemas do Nordeste, destacando a relevância do Encontro e da articulação dos bispos participantes para a resolução deles. Em resposta, Dom Helder, ressaltando o apoio do presidente à causa nordestina, denuncia como uma das causas da ineficiência das políticas públicas a “emperradíssima burocracia nacional”².

O cearense Helder Camara, com longa experiência de trabalho nas esferas burocráticas estadual e federal, sabia o que dizia. Sua experiência e vontade política clara tornaram-no uma das figuras centrais na articulação e elaboração do grande projeto que deu origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, como forma de banir as injustiças sociais e

desigualdades econômicas, promovendo um desenvolvimento que significasse “ruptura com as estruturas econômicas e psicossociais que condicionam a miséria e a sub-humanidade”³.

Dom Helder, cidadão do mundo: mais um subversivo da ditadura militar?

Em meados da década de sessenta, havia um grande temor pela disseminação do comunismo no mundo. Temia-se sua introdução no Brasil, principalmente no Nordeste, através da ativa atuação das Ligas Camponesas, movimento de trabalhadores rurais, em luta por melhores condições de sobrevivência. As Ligas, imbuídas por idéias libertárias, denunciavam o jugo dos latifundiários e defendiam a implantação das Reformas de base, cuja efetivação, na avaliação das forças conservadoras, então na oposição, abriria as portas para a expansão da esquerda na região e posteriormente, no país. Partindo da justificativa de banir tal perigo, no ano de 1964 foi interrompido o processo democrático, através de um golpe militar, que de início contou com apoio total da Igreja. O então Presidente civil, João Goulart, que tentara implantar as Reformas de base, foi deposto. Como anota Dom Helder, sobe ao poder o “(...) Gen. Humberto Castelo Branco, articulador e condutor da Revolução (...)”⁴.

Foi um período único, do século XX, para a História da Igreja no Brasil, sobretudo no Nordeste, Região que passa a ser considerada o coração do catolicismo progressista, porque ali se encontrava Dom Helder Câmara, seu mais notório e atuante representante, que “defendia a idéia da luta política dos cristãos pela criação de uma sociedade justa”⁵. Por esta postura, ele terminou por ser umas das principais vítimas, dentre outros padres e bispos, das perseguições, censuras e críticas por parte do Regime militar, durante quase vinte anos.

A chegada de Dom Helder ao Recife, em coincidência com o golpe de 1964, deveu-se a uma série de acasos afortunados. Tendo sido, desde 1952, bispo, e de 1955, arcebispo auxiliar do ultraconservador arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, este, na tentativa de afastar e isolar Dom Helder, por discordar da evolução de suas idéias e atitudes políticas, consegue da Cúria romana a transferência dele para a então pouco significativa Arquidiocese de São Luís do Maranhão. Foi uma “tentativa de silenciá-lo”⁶. No entanto, antes da publicação de sua nomeação, engavetada pelo Papa, surge a necessidade de substituir o Arcebispo de Olinda e Recife, que morrera repentinamente. Paulo VI não hesita e o nomeia imediatamente, fazendo publicar sua decisão em poucos dias. Com isso Dom Helder toma posse da importante Arquidiocese, em 12 de abril de 1964, a apenas *doze dias do Golpe Militar*⁷. Ele, hábil político, estava ciente das circunstâncias em que a posse se realizava. “Rápida e inesperada”, escreve, “como a morte e substituição de D. Carlos Coelho, foi a reviravolta política: 31 de março e 1º de abril, revolução vitoriosa, sem sangue”⁸.

Entre os anos sessenta e oitenta, foram inúmeras as críticas e perseguições contra ele. A publicação, em 12 de agosto de 1966, de dois panfletos, elaborados pelo General Itiberê Gurgel do Amaral, oficializou a primeira acusação formal de militares contra Dom Helder. “Até aí, os desentendimentos se davam apenas nos bastidores”⁹, face à amizade pessoal do Arcebispo com o Presidente militar e vários altos oficiais das três armas. Os progressivos desencontros de opinião, iniciados ainda no Rio de Janeiro, refletem-se já nas palavras corajosas do discurso de posse: “Ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como (...) da esquerda ou da direita (...) anti-revolucionária ou revolucionária (...)”¹⁰, mas vêm à tona com sua recusa em assinar uma declaração de apoio aos militares.

Foram diversas as acusações. Partiram dos chamados “porões” do governo militar, principalmente; mas também dos conservadores da Igreja e da sociedade civil. Entre estes, o dramaturgo e jornalista carioca Nelson Rodrigues e o escritor pernambucano Gilberto Freire, que inúmeras vezes escreveram artigos, acusando-o de comunista e demagogo, termos semelhantes aos usados em um dos panfletos publicados em 1966, em provável retaliação à divulgação do Manifesto dos Bispos do Nordeste. Um deles dizia que Dom Helder possuía uma “posição de crítica constante, por vezes injusta e parcial, ao Governo revolucionário”¹¹. Rendeu-lhe duras difamações o conteúdo, considerado subversivo, de um discurso proferido a 26 de janeiro de 1968, em Carpina, em que fez rígidas críticas ao governo vigente, por manter-se passivo aos problemas sociais do Nordeste, além de defender a Reforma Agrária, a Democracia e denunciar a violência e assassinatos de trabalhadores rurais do Nordeste do Brasil, que permaneciam impunes.

Provavelmente, pode-se considerar que o auge da repressão militar contra os membros progressistas da Igreja, em específico a Dom Helder, foi marcado por dois acontecimentos importantes. O primeiro ocorreu na madrugada de 27 de maio de 1969, com o assassinato do padre Antônio Henrique Neto, auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife, cujo “único crime”, deplora o Arcebispo, foi “trabalhar com jovens e ser colaborador de Dom Helder Camara”¹². Pela primeira vez, devido às circunstâncias desse fato, ele é obrigado a dar depoimento à justiça, onde com convicção qualificou o crime de político, pois provas não lhe faltavam, e classificou esse acontecimento como um lamentável “desfecho de uma série de ameaças que ocorreram dias antes. A primeira ameaça foi por escrito em edifícios, inclusive o palácio dos Manguinhos e a Igreja das Fronteiras, alvejada e pichada”¹³.

O segundo, deveu-se à conferência feita por Dom Helder no Palácio dos Esportes, em Paris, em 26 de maio de 1970, denunciando os atos de prisão, tortura e assassinato contra presos políticos considerados subversivos e comunistas. Uma das conseqüências desse episódio foi a censura oficial, decretada pelo regime militar, em outubro do mesmo ano, que impedia a veiculação do seu nome, imagem e de quaisquer pronunciamentos seus, em todos os meios de comunicação nacional, exceto

a rádio da Arquidiocese. Durante sete anos, seus pronunciamentos no Brasil resumiram-se, então, à Rádio Olinda. Com isso, ele praticamente desapareceu da memória de toda uma geração de brasileiros, enquanto no exterior seu nome tornou-se e permaneceu imensamente conhecido, sobretudo na Europa. São desse período inúmeros discursos, conferências e livros jamais divulgados no Brasil. Um outro reflexo dessa atitude foi a rígida campanha do governo de Emílio Garrastazu Médici no exterior, de 1970 a 74, visando derrubar as suas sucessivas candidaturas ao Prêmio Nobel da Paz, com o infeliz resultado de privar o país de uma premiação ambicionada internacionalmente.

A pessoa e as idéias de Dom Helder permaneceram vetadas pela Polícia Federal, nos meios de comunicação nacional, de 1970 a 1977, situação que começou a amenizar-se em 24 de abril daquele ano, devido a uma corajosa entrevista, feita por Divane Carvalho, repórter da sucursal do Jornal do Brasil em Recife, publicada no Rio de Janeiro.

Dom Helder, homem da Igreja: obediência e criatividade

Dom Helder Camara, desde os tempos de seminário, revelou-se hábil articulador tanto das palavras quanto das letras e portador de um carisma ímpar, capaz de aglutinar à sua volta pessoas e sentimentos, em prol das idéias que a nós parecem terem sido sinceramente acreditadas e defendidas, com toda a força de seu ser.

Detemo-nos em destacar, neste tópico, seu poder de articulação nos “corredores” da vida eclesial, em favor de uma igreja dinâmica, unida e engajada com a sua opção pelos pobres. Em 1950, o então monsenhor Camara viaja a Roma, com o aval do núncio, Carlo Chiarlo, para uma audiência com monsenhor Giovanni Batista Montini, à época um dos dois pro-secretários de Estado de Pio XII. Deste contato abre-se um período ímpar para a vida da Igreja católica no Brasil. Ciente de que graves problemas sociais, econômicos, políticos e religiosos perpassavam os territórios diocesanos, lutou Helder pela consolidação de um projeto de proporção nacional (que resultou na criação da CNBB) e de proporções continentais (que resultou na criação do CELAM). Contudo, a genialidade de Dom Helder está, sobretudo, não na fundação de mais uma conferência episcopal, mas na organização, para a brasileira, de um atuante secretariado permanente.

A visita ao Brasil, em 1955, do cardeal francês Gerlier, foi marcante para o início de uma radical mudança de mentalidade de Helder Camara, que passa de práticas meramente assistencialistas para ferrenho combate às estruturas de exploração que geram o subdesenvolvimento e a miséria.

O anúncio, em 1959, do Concílio Vaticano II, provocou em Dom Helder grande entusiasmo, reavivando sua utopia de construção de uma igreja “mais evangélica e ecumênica”¹⁴. Durante os

quatro anos (1962-65) do Concílio, ele passa de um arcebispo auxiliar conhecido somente no Brasil, para um dos atores mais influentes no panorama universal e da Igreja contemporânea.

Desde os tempos de seminário, Helder Camara desenvolveu o hábito de fazer vigílias durante as madrugadas. E foi nas madrugadas do Concílio que ele escreveu as primeira 297 de um *corpus* de 2.122 cartas-circulares, somando cerca de 7.000 páginas manuscritas, que hoje compõem a parte mais importante dos arquivos do CeDoHC. São uma espécie de diário, que teve como objetivo colocar os seus colaboradores (em sua maioria, colaboradoras) do Rio de Janeiro, e posteriormente do Recife, a par dos acontecimentos, de suas impressões, conquistas e conflitos, e formá-los intelectual e espiritualmente para as tarefas que os esperavam terminado o Concílio.

A CNBB, terceira maior conferência episcopal do mundo, e o CELAM foram suas plataformas de atuação. Helder queria promover o diálogo entre os bispos do norte e do sul do mundo. Desejava a formação de um Secretariado Especial para a questão da pobreza e do Terceiro Mundo, como também almejava articular os melhores teólogos para que, colaborando com os bispos que constituíam o grupo que Dom Helder chamava *Ecumênico*, atuassem em prol de uma igreja que priorizasse verdadeiramente os pobres. O Concílio chegava até à opinião pública, através da imprensa e Helder Camara sempre se mostrou prestativo com o grupo de jornalistas que o cobriam, sendo esta sua grande tribuna. Atuou na construção de um “Senado” que daria voz aos bispos do mundo (mais tarde, Paulo VI esvaziou a idéia, com a criação do Sínodo), como podemos observar no trecho da circular que revela a atuação de Dom Helder nos bastidores do Concílio: “A verdade é que o Ecumênico tem sido um pré-Senado. A princípio, funcionávamos, não direi clandestinamente, mas sem nenhum conhecimento dos grandes”¹⁵.

O Padre conciliar Helder Camara não alcançou institucionalmente tudo o que queria, mas sua atuação no Concílio e fora dele, depois de 1964, teve uma repercussão espiritual, cultural e sócio-política arrebatadora. Seu discurso, transparente e crítico, era carregado de coragem e confiança, clamando por uma igreja pobre (materialmente) e que vivesse em função dos pobres, confiante por ver em Paulo VI um homem capaz e desejoso em proporcionar tais mudanças, mas, sobretudo confiante em sua fé inabalável em Deus.

Conclusão

Historicamente poder-se-ia classificar, de certa forma, Helder Pessoa Camara como uma pessoa paradoxal, devido à sua múltipla atuação na sociedade, ora como um homem da Igreja, ora do mundo, ora um revolucionário, ora subserviente à alta cúpula eclesial.

A análise, apenas iniciada e da qual este trabalho colhe os primeiros resultados, da parte até agora recuperada de sua imensa produção textual, mostra-nos um ser humano particularmente

dotado de espiritualidade, aguda inteligência e grande sensibilidade para com os outros, especialmente os mais pobres. No entanto, por mais que alguém pesquise e se aprofunde, na tentativa de conhecer melhor a pessoa plural que foi Dom Helder, tem-se a impressão de que é impossível esgotar as possibilidades de interpretações sobre sua pessoa, dada a extraordinária quantidade e diversidade de seus escritos, que são de alto interesse tanto para história político-social do Brasil, como para a história da Igreja católica.

Iniciantes nas lides da pesquisa histórica, ficamos particularmente impressionados pelas posições aparentemente contraditórias que ele foi capaz de conciliar durante toda sua vida. Ao mesmo tempo em que foi, sempre, um obediente incondicional no âmbito eclesial, em assuntos sócio-políticos chegou a ser considerado um revolucionário. Significaria isso que ele não foi o “símbolo da perfeição”, como grande parte dos que, direta ou indiretamente participaram de sua vida, acreditava que o fosse?

Este trabalho não pretende oferecer uma resposta à questão mas tornar pública a grande quantidade de fontes primárias, depositadas no Centro de Documentação Helder Camara – CeDoHC, que permitirão um conhecimento talvez único, na historiografia brasileira, sobre a vida pública e privada de um cidadão que esteve presente em muitos dos momentos marcantes da vida nacional no século XX.

Notas

¹ Les Conversions d'un Évêque, Entretiens avec José de Broucker. Paris 1977.

² Trecho do Discurso proferido por D. Helder Camara, Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, em 26.05.1958, em banquete oferecido ao presidente Juscelino Kubitschek pelas Organizações Internacionais Benéficas. In: CARLI, Gileno de. SUDENE – 35 anos. Recife, 1996, p. 51.

³ Discurso “I Seminário de Ação Comunitária”, proferido por Helder Câmara no Recife em 16.12.1966, p. 31.

⁴ CAMARA, Helder. 1º Circular, 1964 – CeDoHC.

⁵ PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. Dom Helder Camara: Entre o Poder e a Profecia. São Paulo: Ed. Ática, 1997, p. 288.

⁶ SCOTT apud FERRARINI, Sebastião Antonio. A Imprensa e o Arcebispo Vermelho (1964-1984), São Paulo, Edições Paulinas, 1992.

⁷ Documentário “Dom Helder Camara - Em Busca da Profecia”, depoimento do Pe. Raimundo Caramuru, ex-membro da CNBB. Direção de Érika Bauer, outubro de 2002.

⁸ CAMARA, Helder. 1ª Circular. Recife, 11/12.04.1964 . Documento arquivado no Centro de Documentação Helder Camara (CeDoHC), Recife.

⁹ CIRANO, Marcos. Os caminhos de Dom Helder - Perseguições e Censura (1964-1980). Recife, Ed. Guararapes, p. 17.

¹⁰ CAMARA, Helder. Mensagem de Tomada de posse como Arcebispo de Olinda e Recife. Recife, 12.04.1964.

¹¹ CIRANO, Marcos. op. cit., p. 27.

¹² CAMARA, Helder. 525ª Circular – Pós-conciliar. Recife, 28/29.05.1969 - CeDoHC.

¹³ Idem.

¹⁴ BEOZZO, J. O. Dom Helder e o Concílio Vaticano II. In: ROCHA, Zildo (org.). Helder, o Dom. Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

¹⁵ Carta circular nº 65/64. Roma, 6/7 de novembro de 1964.

Indicações bibliográficas

BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de (org.). *Dom Helder : o Artesão da Paz* , Brasília: Senado, 2000. Coleção Brasil 500 Anos.

CAMARA, Helder. *O Deserto é Fértil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CIRANO, Marcos. *Os caminhos de Dom Helder: Perseguições e Censura (1964-1980)*. Recife: Guararapes, 1983.

CLAUDINO, Assis. *O monstro sagrado e o amarelinho comunista : Gilberto Freire, Dom Helder e a revolução de 64*. Rio de Janeiro: Distribuidora Opção, 1985.

Documentos de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste. 06 de maio de 1973. Subscrito por Helder Camara e demais Bispos do Nordeste.

FERRARINI, Sebastião Antonio. *A Imprensa e o Arcebispo Vermelho (1964-1984)*. São Paulo, Edições Paulinas, 1992.

GUITTON, Jean. *Diálogos com Paulo VI*. Lisboa: Livros do Brasil, 1976.

PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Camara: Entre o Poder e a Profecia*. São Paulo: Ática, 1997.

ROCHA, Zildo (org.). *Helder, o Dom uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra : Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.